

# NUGEPNAC TJPE

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas

Boletim informativo – Janeiro/2021

Sumário:

Supremo Tribunal Federal

- Ausência de Repercussão Geral ..... 02
- Reconhecimento de Repercussão Geral ..... 03
- Fixação de Teses Jurídicas com acórdão publicado ..... 04/05

# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

## Ausência de Repercussão Geral:

### Direito Público:

- **Tema 482** - Incidência de contribuição previdenciária sobre os valores pagos pelo empregador ao empregado nos primeiros quinze dias de auxílio-doença. ([RE 611505](#) - acórdão publicado em 07.01.2021)
- **Tema 1121** - Constitucionalidade do compartilhamento com o Ministério Público Eleitoral, para fins de apuração de irregularidades em doações eleitorais, dos dados fiscais de pessoas físicas e jurídicas obtidos com base em convênio firmado entre a Receita Federal e o Tribunal Superior Eleitoral, sem autorização prévia do Poder Judiciário. ([RE 1296829](#) - acórdão publicado em 08.01.2021)
- **Tema 493** – Promoção de professor à classe superior a que pertence. ([RE 523086](#) – acórdão publicado em 21.01.21)

# Reconhecimento de Repercussão Geral:

## Direito Público

- **Tema 1122** - Imunidade tributária em favor de sociedade de economia mista prestadora de serviço público relativo à construção de moradias para famílias de baixa renda. ([ARE 1289782](#) - acórdão publicado em 08.01.2021)

# Fixação de Teses Jurídicas com Publicação do Acórdão

## Direito Público

- **Tema 1119** - Necessidade de juntada da autorização expressa dos associados, da relação nominal, bem como da comprovação de filiação prévia, para a cobrança de valores pretéritos de título judicial decorrente de mandado de segurança coletivo impetrado por entidade associativa de caráter civil. ([ARE 1293130](#) - acórdão publicado em 08.01.2021)

Ementa do acórdão publicado: recurso extraordinário com agravo. administrativo. processual civil. direito reconhecido em mandado de segurança coletivo impetrado por associação. ação de cobrança de valores pretéritos. controvérsia quanto à legitimidade ativa. temas 82 e 499 da repercussão geral. inaplicabilidade. substituição processual. desnecessidade de autorização expressa. precedentes. multiplicidade de recursos extraordinários. entendimento consolidado na jurisprudência do supremo tribunal federal. controvérsia constitucional dotada de repercussão geral. reafirmação da jurisprudência do supremo tribunal federal. agravo conhecido. recurso extraordinário desprovido.

- **Tema 322** – Creditamento de IPI na entrada de insumos provenientes da Zona Franca de Manaus. ([RE 592891](#) – acórdão publicado em 12/01/21)

Tese jurídica firmada: Há direito ao creditamento de IPI na entrada de insumos, matéria-prima e material de embalagem adquiridos junto à Zona Franca de Manaus sob o regime de isenção, considerada a previsão de incentivos regionais constante do art. 43, § 2º, III, da Constituição Federal, combinada com o comando do art. 40 do ADCT.

- **Tema 325** – Subsistência da contribuição destinada ao SEBRAE, após o advento da Emenda Constitucional nº 33/2001. ([RE 603624](#) – acórdão publicado em 12/01/21)

Tese jurídica firmada: As contribuições devidas ao SEBRAE, à APEX e à ABDI com fundamento na Lei 8.029/1990 foram recepcionadas pela EC 33/2001.

- **Tema 491** – Competência legislativa estadual para estabelecer regras de postagem de boletos referentes a pagamentos de serviços prestados por empresas públicas e privadas. ([ARE 649379](#) – acórdão publicado em 18/01/21).

Tese jurídica firmada: Os Estados-Membros e o Distrito Federal têm competência legislativa para estabelecer regras de postagem de boletos referentes a pagamento de serviços prestados por empresas públicas e privadas.

• **Tema 906** – Violação ao princípio da isonomia (art. 150, II, da Constituição Federal) ante a incidência de IPI no momento do desembaraço aduaneiro de produto industrializado, assim como na sua saída do estabelecimento importador para comercialização no mercado interno. ([RE 946648](#) – acórdão publicado em 18.01.21)

Tese jurídica firmada: É constitucional a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI no desembaraço de bem industrializado e na saída do estabelecimento importador para comercialização no mercado interno.

• **Tema 366** – Responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes de omissão do dever de fiscalizar comércio de fogos de artifício em residência. ([RE 136861](#) – acórdão publicado em 22.01.21)

Tese jurídica firmada: Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.